



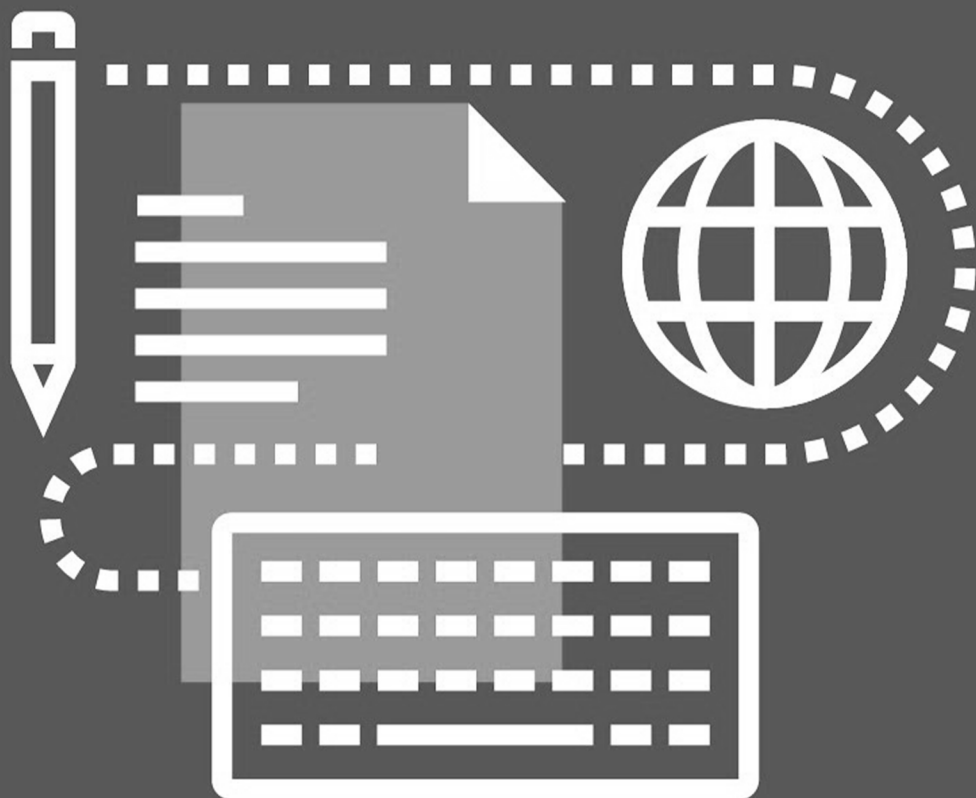
# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

9

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(ORGANIZADOR)

  
Atena  
Editora  
Ano 2020



# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

9

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(ORGANIZADOR)

**Atena**  
Editora

Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

9

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 9 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-273-9

DOI 10.22533/at.ed.739201208

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.  
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**



## APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O volume 9 deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as diferentes problemáticas educacionais.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns a Educação.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
TRABALHO-EDUCAÇÃO: À LUZ DA REALIDADE	
Taniária Conceição dos Anjos Nilza da Silva Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392012081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>6</b>
TEORIA INTEGRADA DE <i>ENGAGEMENT</i> ACADÊMICO VOLTADA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Rosa Maria Rigo José António Marques Moreira Sara Dias-Trindade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392012083</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>18</b>
A FORMAÇÃO POLÍTICA DE TRABALHADORES PRECARIZADOS NO MST E NO MTST	
Renan Dias Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392012084</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO POPULAR	
Ana Marta Gonçalves Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392012085</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>40</b>
IDENTIDADE EM TRÂNSITO: A REDEFINIÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO CAP-UFMA NOS ANOS 1980	
Raimundo Inácio Souza Araújo Alysson Sousa Lopes Emmanuelly da Silva Silva Isaac Dias Mota	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392012086</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>49</b>
PET-SAÚDE/GRADUA-SUS UFFS/ <i>CAMPUS</i> CHAPECÓ E SESAU: EXPERIÊNCIA EXITOSA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO E SERVIÇO	
Débora Tavares de Resende e Silva Larissa Hermes Thomas Tombini Gessiani Fatima Larentes Gabriela Gonçalves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392012087</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>56</b>
RELATO DE EXPERIÊNCIA NA MONITORIA DA DISCIPLINA DE GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR: APRENDIZADO DA TEORIA À PRÁTICA	
Maria Iara Almeida Gonçalves dos Santos Jorge Portella Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392012088</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>64</b>
PSICOTERAPIA DE GRUPO: UM RELATO DE INTERVENÇÃO COM LUTADORES DE ARTES MARCIAIS MISTAS (MMA)	
Fábio Silvestre da Silva Rebeca Barros da Silva Almeida Rosana Augusta Alves Baleeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392012089</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>72</b>
INTERPROFISSIONALIDADE NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Ellen Moreira Cordeiro Angélica Marques Barbosa Fernanda Ribeiro de Almeida Thaynara Batista Costa Souza Katarinne Lima Moraes Patrícia Leão da Silva Agostinho Yolanda Rufina Condorimay Tacsí Ludmila Grego Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.73920120810</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>78</b>
A RELAÇÃO HUMANA COM A NATUREZA NA CULTURA OCIDENTAL: UMA EXPERIÊNCIA TRANSDISCIPLINAR NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	
Alan Christian de Sousa Santos Juliano Sitherenn	
<b>DOI 10.22533/at.ed.73920120811</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>90</b>
DA PRÁTICA À TEORIA: CONSTRUÇÃO DE SABERES CIENTÍFICOS ATRAVÉS DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Joselia Cristina Siqueira da Silva Gilmene Bianco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.73920120812</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>102</b>
O MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL ENTRE 2014 A 2024: UM DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO	
Pablo Afonso Silva Rozemeiry dos Santos Marques Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.73920120813</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>112</b>
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: CONTEXTOS E IMPASSES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Paula Corrêa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.73920120814</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>117</b>
OLHAR HOLÍSTICO EM FORMAÇÃO: EXPERIÊNCIA ACADÊMICA CONDUZIDA PELO MÉTODO CLÍNICO CENTRADO NA PESSOA	
Camila França Arruda Daniele Belizário Bispo Débora Teodoro Carrijo	

Luísa Castilho Amâncio  
Guthieres Mendonça Schmitt  
Júlia Oliveira Carvalho  
Natália Sousa Costa  
Eliabe Roriz Silva  
Juliane Macedo  
Marcela de Andrade Silvestre

**DOI 10.22533/at.ed.73920120815**

**CAPÍTULO 15 ..... 125**

MONITORIA ACADÊMICA NA DISCIPLINA DE HEMATOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raianne Ribeiro Silva Lopes  
Martha Ribeiro Bonilha

**DOI 10.22533/at.ed.73920120816**

**CAPÍTULO 16 ..... 131**

MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA JOVENS CARENTES

Annelise Cabral  
Gisely Luzia Stroher  
Gylles Ricardo Ströher

**DOI 10.22533/at.ed.73920120817**

**CAPÍTULO 17 ..... 137**

IMIGRANTES BOLIVIANOS DA PLANÍCIE E DO ALTIPLANO EM REGIÃO DE FRONTEIRA: DISTINÇÕES  
PREGRESSAS EM SOLIDARIEDADE SELETIVA

Joanna Amorim de Melo Souza Loio  
Joyce Ferreira de Melo Marini  
Marco Aurélio Machado de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.73920120818**

**CAPÍTULO 18 ..... 150**

PROEJA: ARRANJOS CURRICULARES E ITINERÁRIOS FORMATIVOS NOS CURSOS TÉCNICOS  
INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DOS CEEP<sup>s</sup>-BAHIA

Marciléa Melo Alves Lima  
Cândida Maria Santos Daltro Alves

**DOI 10.22533/at.ed.73920120819**

**CAPÍTULO 19 ..... 165**

PROJETO DE INVESTIGAÇÃO NA EJA: COMPONENTE CURRICULAR QUE PROMOVE AUTORIA E  
AMPLIA CONHECIMENTOS

Juçara Benvenuti

**DOI 10.22533/at.ed.73920120820**

**CAPÍTULO 20 ..... 173**

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS SOBRE CURRÍCULO INTEGRADO EM CURSOS DE LICENCIATURA DE UM  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Taniamara Vizzotto Chaves  
Maria Teresinha Verle Kaefer

**DOI 10.22533/at.ed.73920120821**

**CAPÍTULO 21 ..... 184**

A IMPORTÂNCIA DA CULTURA ALIMENTAR NA ESCOLA

Antonio Carlos Barbosa da Silva

Marina Coimbra Casadei Barbosa da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.73920120822**

**CAPÍTULO 22 ..... 196**

PATRIMÔNIO CULTURAL: PRESSUPOSTOS PARA CONSCIENTIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO POR MEIO DA ARTE EDUCAÇÃO

Noelene da Costa Lima Silva

**DOI 10.22533/at.ed.73920120823**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 206**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 207**

## PROEJA: ARRANJOS CURRICULARES E ITINERÁRIOS FORMATIVOS NOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO DOS CEEPS-BAHIA

*Data de aceite: 03/08/2020*

*Data de submissão: 05/05/2020*

**Marciléa Melo Alves Lima**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Ilhéus-BA

<http://lattes.cnpq.br/7411377044380902>

**Cândida Maria Santos Daltro Alves**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Ilhéus-BA

<http://lattes.cnpq.br/5646702870400508>

**RESUMO:** Este artigo é fruto da minha experiência docente no Centro de Estadual de Educação Profissional em Ilhéus-BA, e dos estudos em Políticas Públicas em Educação, Currículo e Prática Docente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Nosso objetivo foi compreender o currículo no itinerário formativo da Educação Profissional e Tecnológica do Estado da Bahia a partir do CEEP, modalidade PROEJA em Ilhéus-Ba. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, com análise de relatos dos alunos e dos documentos legais do MEC e do Estado da Bahia que referendam a educação profissional e

tecnológica integrada ao ensino médio. Justifica-se este estudo por possibilitar uma aproximação com os fundamentos deste sistema de ensino no qual está inserido o CEEP, na modalidade A metodologia adotada pautou-se na escuta dos alunos, nas observações e debates, no registro de dúvidas frequentes sobre os cursos em que estavam inseridos. Foram ouvidos alunos de 10 turmas do PROEJA, pontuando as políticas públicas e a compreensão deste currículo integrado ao ensino médio, posto que a organização curricular dos novos itinerários formativos dar-se-á a partir de um conjunto de conhecimentos agrupados em quatro eixos estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo (BRASIL, 2018). Conforme Saviani (2018, p.788), para os alunos do ensino médio integrado ao curso profissional técnico cabe a emancipação por uma educação intermediada pela formação científica e tecnológica, como instrumentalização necessária à emancipação cidadã.

**PALAVRAS-CHAVE:** Itinerários formativos; educação técnica-profissional; arranjos curriculares

## PROEJA: CURRICULAR ARRANGEMENTS AND FORMATIVE ITINERARIES IN TECHNICAL COURSES INTEGRATED TO HIGH SCHOOL OF CEEPS-BAHIA

**ABSTRACT:** This article is the result of my teaching experience at the State Center for Professional Education in Ilhéus, Bahia (CEEP-BA) and the studies in Educational Public Policies, Curriculum and Teaching Practice of the Professional Master Education of the State University of Santa Cruz- UESC. We aimed at understanding the curriculum in the formative itinerary of the Professional and Technological Education of the State of Bahia through CEEP-PROEJA in Ilhéus-BA. This descriptive and qualitative research analyzed student's reports and legal documents of MEC and other documents of the State of Bahia, which ratify the techno professional education integrated into high school program. This study is justified by the close observation of the principals within the educational system in which CEEP-PROEJA is inserted. The methodology adopted was centered on listening to students of 10 PROEJA classes in observations and debates, as well as recording frequently asked questions about the courses they had taken, referring to the public polices and the comprehension of the high school curriculum. Since the curricular organization of the new formative itineraries takes place considering a set of knowledge areas grouped in four structural axes: Scientific Investigation, Creative Processes, Mediation and Sociocultural Intervention and Enterprise. (BRASIL, 2018). According to Saviane (2018, p.788), high school students of the techno professional course should be proposed an emancipation intermediated by the scientific and technological formation as a necessary tool for citizen emancipation.

**KEYWORDS:** Formative itineraries; techno professional education; curricular arrangements

### 1 | INTRODUÇÃO

Essa produção é fruto dos estudos em Políticas Públicas em Educação e Currículo e Prática Docente do Mestrado Profissional em Educação – UESC, ao ampliar nosso olhar para a formação docente e para o currículo enquanto proposta educativa que no cotidiano da prática docente dialoga com contribuições, críticas, indagações e insatisfações dos alunos em relação aos cursos profissional e tecnológico integrados ao ensino médio ofertado nos CEEP.

Temos como objetivo compreender o currículo no itinerário formativo da Educação Profissional e Tecnológica do Estado da Bahia a partir do recorte do CEEP, modalidade PROEJA em Ilhéus-Ba, a partir de um relato de experiência da formação docente.

De acordo com os dados apresentados pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia a Educação Profissional e Tecnológica foi criada pelo Decreto Estadual nº 11.355/2008 e está presente em 121 municípios baianos, inserida nos 27 Territórios de Identidade, formada por 33 Centros Territoriais de Educação Profissional, 38 Centros Estaduais de Educação Profissional e 92 unidades escolares de Ensino Médio que também ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica.

Dados estatísticos do censo escolar de 2019 sobre o percentual de matrículas na educação de jovens e adultos de nível médio no Brasil teve um leve decréscimo em relação ao ano de 2017, quando tínhamos 1.425.812 alunos matriculados, já que em 2019 registra-se uma matrícula de 1.336.085, correspondendo a 7,1% de redução da efetiva matrícula nesta modalidade (BRASIL, 2019, p.39).

No sentido inverso do exposto anteriormente, o censo de 2019 mostra que a matrícula da educação de jovens e adultos no ensino profissional técnico integrado ao nível médio cresceu, já que em 2015 apresentava-se uma matrícula de 485.685 e em 2019 contabilizou-se 623.178 alunos, representando uma maior procura pela educação mais direcionada para o mundo do trabalho. (BRASIL, 2019, p.40).

Os dados estatísticos da matrícula na educação de jovens e adultos do censo de 2019, com base na totalidade da matrícula na EJA em nível médio, mostram os seguintes percentuais: 31% dos alunos se declararam brancos; 67,8% como negros; 1,2% como indígena (BRASIL, 2019, p.39). Estes dados evidenciam as marcas das desigualdades sociais relacionadas ao componente étnico, quando a questão é condições de acesso e permanência na escola para que os alunos concluam sua escolaridade em tempo hábil e sem distorção tempo-aprendizagem.

Os dados apresentados anteriormente podem ser ponto de partida para entendermos a definição das políticas públicas para a educação. E para compreendermos os contextos e os fundamentos pedagógicos que definem os princípios da Educação Profissional e Tecnológica dos CEEP's faz-se necessário entender a lógica da organização territorial do Estado da Bahia e sua relação com a educação e o mundo do trabalho.

A logística aplicada pelo Governo do Estado da Bahia para a definição das políticas públicas territoriais buscam “identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões” (BAHIA, 2018). Assim, temos vinte e sete Territórios de Identidade organizados a partir das especificidades geográficas e socioeconômicas de cada região.

Cerqueira e Jesus (2016, p.186) esclarece que desde 2003 o estado da Bahia passou a desenvolver ações de fomento social e econômico no Território Litoral Sul desde a época da criação do Programa Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ações estas que foram incorporadas ao Programa Territórios da Cidadania e ao Programa Territórios de Identidade do programa de desenvolvimento do governo baiano.

O município de Ilhéus está inserido no Território de Identidade Litoral Sul, localizado na região Nordeste da Bahia, composto por 26 municípios, possui 14.664,70 km<sup>2</sup> de área territorial (BAHIA, 2016). O referido município conta com um Distrito Industrial com posição geográfica próxima ao Porto do Malhado, ao Aeroporto Jorge Amado, e da BR 101, importante rodovia regional para escoamento da produção.

Em face à política de desenvolvimento regional e à grande extensão territorial, Cerqueira e Jesus (2016, p.187) descreve que uma alternativa utilizada pelo governo se dá



por meio dos articuladores territoriais, que fomentam ações para facilitar a sensibilização, e a elaboração de projetos. Assim, para melhor organização, o Território Litoral Sul é agrupado, mesmo que informalmente, em quatro subterritórios: Camacan, Ilhéus, Itabuna (Núcleo I e II).

### **E a qual conceito de território nos reportamos neste contexto?**

Território como espaço físico, definido por critérios de inclusão geográfica e multidimensionais formados por ambiente, economia, sociedade, política, cultura, instituições e população. Sob esse prisma, o território é formado ainda por “grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (BAHIA, 2018).

## **2 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Para localizarmos as políticas públicas e seu impacto na educação, partimos da análise da crise capitalista no Brasil, inserida na estrutura e no esgotamento desse modo de produção, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970.

Nessa conjuntura Ramos (2015, p. 42988) descreve os processos de redefinição do “papel do Estado e sua relação com a sociedade civil”, e as mudanças desse jogo que se dá nas “relações de trabalho e de produção como também a própria formação do trabalhador” como estratégia para a recomposição do capital, o redimensionamento relacional entre capital e trabalho, e entre classe trabalhadora e classe dominante.

O Brasil a partir da década de 80, em consequência dessa crise, apresenta uma instabilidade macroeconômica com hiperinflação, recessão, oscilação de juros, dívida externa e estrangulamento das contas externas. Esse quadro, segundo Ramos (2015), atraiu o Brasil para novos saldos na balança comercial.

Conforme Rotta (2018, p.45) sob a regulação do FMI “quanto à política monetária e fiscal”, tutelado pelos credores internacionais, o governo brasileiro, diante das exigências, implementa políticas recessivas que paralizaram o processo interno do capital, gerando grande latência e degradação do setor público e das condições sociais.

A partir dos anos 90 com “a recomposição das bases de acumulação do capital”, de acordo com Ramos (2015, p. 42988), “inaugurou-se em nosso país uma nova dinâmica de regulação da vida material, fundamentada no atual patamar de desenvolvimento científico e tecnológico”, exigindo políticas públicas que atendessem ao mercado e fossem capazes de produzir um novo modelo de trabalhador, compatível com o modo exaustivo de produção e de regulação social imposta pelo sistema neoliberal.

Para compreendermos o papel do Estado na regulação das políticas públicas Arretche (1995) discorre que este processo se dá em função de suas capacidades objetivas de

produção a do serviço poder. E neste contexto apresentado pela autora fica claro que a educação é dispositivo central na normalização e regulação entre governo e população.

Sobre as políticas públicas e a correlação de forças, Poulantzas (1980, p.30), diz que: “A ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classes”. No cenário nacional há de se perceber que as políticas educacionais caminham neste sentido. Barroso (2005, p.732), argumenta que “essas políticas se fortalecem no debate sobre a reforma da administração do Estado na educação”.

Para nos auxiliar na compreensão do papel do Estado, Santos (2017, p.13474) define políticas públicas como:

[...] as ações das instituições governamentais dadas sob a forma de decisões destinadas a toda sociedade. Estas ações deveriam basear-se na proteção ao homem através da implantação efetiva de ações sociais coerentes e não somente um incentivo e proteção ao mercado, o que muitas vezes acontece.

Para garantir a formação da força de trabalho que precisava, ao longo da história, a hegemonia conquistada pela classe dominante ativa a aparelhagem estatal para incrementar a formação profissional por meio de políticas que impulsionem as modificações técnicas e políticas da produção do capital, com bem elucida Souza (2009, 2011).

Agregado a esse processo de formação do trabalhador, segundo Souza (2009, 2011), as forças produtivas imprimem a aceitação do desemprego estrutural, da precariedade do trabalho diante do cenário de instabilidade permeado pela redução dos postos de trabalho, pela desregulamentação e desmantelamento do trabalho agravado pela flexibilização do mercado.

O Decreto 2.208/1997 regulamentada a Educação Profissional fomentando as análises e proposições dos organismos internacionais no que compete à compreensão dual do processo formativo para a educação geral e para a educação profissional (BRASIL, 1997). Por meio desse Decreto planeja-se uma Educação voltada para a Ciência e Tecnologia com a intenção de propor “mais eficiência” na formação e qualificação profissional.

Após a década de 90 a Educação de Jovens de Adultos tem sido palco para programas de educação profissional integrada à educação básica. Para Ramos (2015, p. 42988), além de elevar a escolaridade dos jovens e adultos estes programas buscam integrá-los ao mundo do trabalho.

O que se percebe é que a referida integração não passa de um elemento formal, com amplo processo de certificação em massa e fusão de currículos. A ampliação de escolaridade integrada à educação profissional, devido a precarização dos processos formativos, restringe-se à socialização do conhecimento técnico profissional e humanístico.

O Brasil não tem sido eficiente na implementação de políticas voltadas ao público

jovem e adulto, e como argumenta Ceratti (2007), embora a partir de 1900 aponte iniciativas governamentais para ampliar a escolaridade e combater o analfabetismo. A intenção das políticas implementadas desde este período enfatizam a aceleração do crescimento econômico com capacitação para o trabalho, cumprindo com as políticas pensadas para as necessidades de mercado e que não condizem com as necessidades e interesses do público da EJA.

## 2.1 Educação Profissional dos CEEPs e seus itinerários formativos

A Base Nacional Comum Curricular do Ensino médio foi homologada em dezembro de 2018 e este documento alinhado às Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, em substituição à organização dos conteúdos, tradicionalmente divididos em 13 disciplinas, agrupou os itinerários formativos para o ensino médio nas seguintes áreas de conhecimento: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional (BRASIL, 2018).

Pontuamos ainda, nesta contextualização a Lei Estadual nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, artigo 58, ao definir as finalidades da Superintendência de Educação Profissional; e a Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 015/2001, que define os princípios para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico no Sistema Estadual de Ensino, o que possibilita entender o contorno da Educação Profissional e Tecnológica da Bahia e de que lugar ela dialoga no espaço de inserção social.

Para compreendermos os “arranjos” que marcam o percurso formativo da Educação Profissional e Tecnológica do Estado da Bahia é necessário entender seus fundamentos na Lei Federal 9.394/96, de 20/12/1996, artigos 39 a 41; no Decreto 5.840, de 13/07/2006, ao estabelecer o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e o Decreto 6.301, de 12/12/2007, com o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - eTec Brasil.

Na LDB 9394/96, Art. 1º. Traz a expressão processo formativo, no contexto da formação profissional, assim: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A Educação Profissional e Tecnológica da Bahia, a partir de 2008, com o Decreto Estadual nº 11.355/2008, art. 1º, apresenta como objetivo educativo definir e consolidar como exigência “política pública de ampliação da oferta e reestruturação da Educação Profissional no Estado da Bahia”, assim, a educação profissional tem em vista “o desenvolvimento social, econômico e ambiental, a interação da educação profissional com

o mundo do trabalho e o incentivo à inovação e desenvolvimento científico-tecnológico” (BAHIA, 2008).

A organização curricular a partir dos novos itinerários formativos dar-se-á a partir de um conjunto de conhecimentos agrupados em quatro eixos estruturantes, a saber: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo (BRASIL, 2018).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, artigo, 3º, parágrafo 3º, assim define os itinerários formativos:

Entende-se por itinerário formativo o conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas (BRASIL, 2012).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em seu art. 6º, inciso III o “trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular” (BRASIL, 2012).

Na Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro 2012, art. 14, inciso XI, define:

a organização curricular do Ensino Médio deve oferecer tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento;

Para Saviani (2018, p.787), tomando o trabalho como princípio educativo, apresentar “uma proposta condizente com uma educação de caráter emancipatório implica a organização do ensino médio de forma unificada, não diretamente interessado profissionalmente”.

Para falarmos de Currículo e rompermos a barreira do que ele é e compreendermos o que ele faz, recorreremos a Silva (2003) que em *Documentos de Identidade* contribui com esta discussão a partir das teorias de currículo, e aqui destacamos a importância das teorias críticas ao se pensar no currículo do PROEJA.

Para Silva (2003, p. 33), a educação é um campo de luta e na correlação de forças agrega subordinados e subordinadores, assim:

A escola contribui para esse processo não propriamente através do conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espalhar, no seu funcionamento, as relações sociais do local de trabalho. As escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação.

Quanto aos itinerários formativos, segundo Saviani (2018, p.788), “[...] se no ensino fundamental a relação entre educação e trabalho é implícita e indireta, no ensino médio essa relação deverá ser trada de maneira explícita e direta. [...] já não basta dominar os

elementos básicos do conhecimento, que [...] contribuem para o processo de trabalho na sociedade [...]”.

Para além dos itinerários formativos, para Saviani (2018, p.788), o ensino médio deve ser organizado de forma a “propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas produtivas e não o mero adestramento técnico”. Isso sugere a universalização do ensino médio como formação indispensável para todos, independente e emancipatóriamente ao tipo de profissão que futuramente cada sujeito exerça na sociedade.

### **3 | A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A GESTÃO ESCOLAR: DIÁLOGO DA PRÁTICA DOCENTE O COM PROJETO EDUCATIVO DO PROEJA**

Compreendemos a dinâmica da formação de professores no contexto escolar como uma oportunidade de interlocução da prática docente com as diversas experiências, inquietações e contribuições dos atores que fomentam a educação profissional em seus atos curriculantes.

Para Macedo (2013, p. 428), “atores sociais, indexalizados e implicados a seus contextos socioculturais podem alterar as cenas curriculares e serem coautores dos seus processos de aprendizagem (formação) pelos seus atos de currículo”.

Começaremos nossa análise e reflexão sobre a prática docente e a gestão do processo educativo partindo do princípio de que na escola temos o espaço mais adequado para a formação do professor, o que é descrito por autores como Cunha (2010), Garcia (2010). Assim, no ambiente em que este atua pode ocorrer a criação de vínculos, a colaboração, o diálogo sobre o fazer pedagógico, bem como, a reflexão sobre as práticas e o fortalecimento da identidade do professor.

Na gestão educacional, consoante Lück (2009), cabe aos seus agentes organizar, articular as condições humanas e materiais para garantir o desenvolvimento socioeducativo da instituição de ensino com foco na promoção das aprendizagens dos alunos, e torná-los aptos a encarar os desafios da sociedade capitalista e globalizada centrada na economia e no conhecimento.

Macedo (2013, p. 428), esclarece que “não basta afirmar autonomias curriculantes, faz-se necessário [...] mobilizar competências criadoras de autonomias emancipacionistas”. A instrumentalização, política, filosófica e pedagógica, neste contexto favorece as “inserções em práticas capazes de ajudar a empoderar atores sociais, [...] silenciados por uma educação historicamente autocentrada e excludente, tomando como problemática a distribuição social dos conhecimentos eleitos como formativos”.

Além de organizar os processos educativos, precisamos compreender que a sala de aula é um espaço de gestão escolar articulador do processo educativo, capaz de favorecer

uma formação arrolada na responsabilidade social, na melhoria da prática profissional, na transformação da realidade dos espaços escolares e no progresso da aprendizagem do aluno.

De acordo com Lück (2009) e Paro (2011), entre outras coisas, a gestão educacional é responsável pelo gerenciamento administrativo e pedagógico do processo educativo e seus espaços, pela mobilização da cultura escolar, pela formação dos professores no contexto escolar e pelos resultados educacionais.

Gestão escolar e formação de professores estão imbricadas no ato educativo. Na LDBEN nº 9.394/96, artigo 12, inciso I, prevê que as instituições escolares incumbir-se-ão de “elaborar e executar a sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996). No artigo 13, inciso I, afirma que “os docentes incumbir-se-ão de [...] participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”.

Para assegurar o que define a LDBEN 9.394/96, há que se propor uma formação continuada de professores, enquanto prática coletiva nos espaços escolares e uma gestão escolar voltada para a autonomia. No entanto, podemos inferir que esta formação ainda não acontece atento no espaço de atendimento educacional PROEJA.

Em relação à Proposta do PROEJA (BRASIL, 2006), a formação de professores é condição primária para que este programa se fortaleça de fato como política pública de amparo social e educacional de parte da sociedade brasileira que não encontraram as condições para concluir sua formação.

Maron (2016) assevera que a ausência de políticas de formação de professores para Educação Profissional e Tecnológica está historicamente relacionada à visão utilitarista da educação vinculada à formação para o trabalho. É emergencial a superação desta realidade face às políticas públicas formação inicial e continuada, e as intervenções políticas educacionais.

### **3.1 Formação de professores e prática docente : Relato de experiência**

Inquieta-nos a complexidade e fragilidade da educação profissional integrada ao ensino médio, em conformidade com os princípios do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, pois a análise da matriz curricular para esta modalidade revela um currículo aligeirado, e sem compromisso com a formação necessária para a inserção social.

Acompanhamos muitas mudanças na organização e oferta dos cursos e a tendência que se apresenta é de extremo enxugamento de conteúdos essenciais, tanto para a formação geral quanto para a formação profissional técnica. Assim, os alunos não conseguem acessar os conhecimentos que correspondam à suas expectativas e quando não evadem, demonstram desinteresse e profunda insatisfação com o curso.

As dificuldades também acompanham os professores que submergidos no processo

educativo tentam manter a motivação dos alunos, tarefa árdua, considerando as condições materiais e subjetivas que envolvem a prática educativa e formação continuada, amparadas pelas condições de trabalho, material didático, espaço e tempo alinhado ao fazer pedagógico.

A cada semestre realiza-se novas programações, recebemos novas disciplinas, justamente quando começamos a acomodar a compreensão do currículo que está sendo desenvolvido, quando estamos a reconstruí-lo, com as inferências dos alunos, com suas críticas e sugestões, com os entraves cotidianos que perversamente se impõem à prática docente.

Muitas são as lutas cotidianas para tentar dar uma aula de qualidade. Assim, percebemos também as lacunas e a fragilidade de nossa formação e o quanto somos consumidos pela política da negação de direitos, de condições e de oportunidades.

Há de se considerar o papel do gestor na mobilização do trabalho pedagógico e neste sentido Saviani (2008) coloca que a necessidade do saber produzido socialmente na busca de melhorias das condições materiais e imateriais da vida humana, merecem destaque. Saber este produzido e também sistematizado na escola, por meio da construção e aplicação do Projeto Político Pedagógico.

Contribue com a discussão sobre formação do professor o fato de que o Projeto Político Pedagógico precisa refletir a intencionalidade e a ordenação das ações que norteiam o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação do percurso educativo.

Reconhecemos que a formação de professores e gestão escolar são temas intrinsecamente presentes no projeto político e pedagógico da escola, mesmo que seu coletivo não se dê conta disso. Buscando a qualidade educativa enquanto princípio da gestão democrática na escola, a formação de professores precisa estar alinhada com as finalidades e objetivos da instituição com o olhar para o público que atende.

A formação se dá também no coletivo, logo, trabalhar em equipe na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico fortalece a gestão participativa e reafirma a função social da escola, como argumenta Libâneo (2004, p. 103):

Uma equipe é um grupo de pessoas que trabalha junto, de forma colaborativa e solidária, visando a formação e a aprendizagem dos alunos. (...) por meio da distribuição de responsabilidades, da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar as mudanças necessárias, rompe com as práticas individualistas e leva a produzir melhores resultados de aprendizagem dos alunos.

Considerando ainda que o exercício da gestão democrática e participativa corresponde a uma função prevista na administração escolar dentro de uma estrutura organizacional e curricular da instituição educativa, a construção e implementação do Projeto Político Pedagógico deve refletir essa dinâmica e a cultura dos seus atores curriculares.

Atuando no sistema educacional público por mais de duas décadas, vejo-me às voltas

com a polêmica ampliação do direito à educação básica pela universalização do ensino médio e o quanto que o trabalho como princípio educativo precisa ser garantido no projeto político da escola, e, neste sentido, sinto falta da “pesquisa como princípio pedagógico”, E exercício da prática na formação docente, como está pontuado na Resolução CNE/CEB 6/2012.

Ao discorrer sobre os desafios do PROEJA, Moura e Henrique (2012, p. 3) advoga que um dos principais desafios que se impõe ao programa é sua interlocução com os três campos que envolve a formação para esta modalidade, e, que “não estão muito próximos: o ensino médio, a formação profissional técnica de nível médio e a Educação de Jovens e Adultos”.

Para Moura e Henrique (2012, p. 3) é também desafiante fazer com que as ações do “Programa efetivamente contribuam para a melhoria das condições de participação social, política, cultural e no mundo do trabalho desses coletivos, em vez de produzir mais uma ação de contenção social”.

No campo de luta ainda é um desafio transformar esse programa em política educacional pública de estado. Além disso, esbarra-se na dificuldade de formação de profissionais para atuar nessa modalidade, e ao longo dos anos, esse quadro se agrava aumentando ainda mais o distanciamento entre currículo, prática educativa e formação humana referendada numa ação político-pedagógica para jovens e adultos.

### **3.2 A visão dos alunos do PROEJA sobre a formação profissional dos CEEPs**

Trazemos como questão para esta análise a seguinte indagação: Podemos afirmar que o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional – PROEJA promove a inclusão e inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho, quando se oferta a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio para trabalhadores e populações nomeadamente excluídas do acesso à educação profissional?

O contexto de realização desta análise surge entremeado pelas incansáveis queixas dos alunos em relação às baixas expectativas para a educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio, dando como exemplo, o distanciamento entre teoria e prática com a precariedade ou inexistência de aulas práticas em decorrência de instalações (laboratórios) inadequadas ou formação incompatível dos docentes para desenvolver um currículo que contemple as especificidades e práticas sociais que o curso exige.

Autores como Paulo Freire (1987, 1992, 2000 e 2004) e Miguel Arroyo (2005, 2011), defende uma Educação de Jovens e Adultos para a autonomia dos sujeitos, contrapondo-se à visão equivocada de que esta modalidade tem como finalidade contemplar os evadidos ou excluídos do processo educativo, numa visão simplista do processo.

Para Arroyo (2011, p. 23) se o direito à educação ultrapassar o preconceito e a visão simplista da oferta de uma segunda oportunidade de escolarização para os jovens e adultos e estes forem vistos como sujeitos de direitos, há de se destacar muito mais as



possibilidades do que os limites da garantia de direito à educação de qualidade.

A participação dos atores sociais, como lembra Lück (2009, p. 71) amplia as interações e ajuda a minorar as desigualdades na tomada de decisão. Logo:

[...] a participação está centrada na busca de formas mais democráticas de promover a gestão de uma unidade social. As oportunidades de participação se justificam e se explicam, em decorrência, como uma íntima interação entre direitos e deveres, marcados pela responsabilidade social e valores compartilhados e o esforço conjunto para a realização de objetivos educacionais.

Partindo do princípio que o embasamento político e pedagógico do currículo para o PROEJA reafirma o compromisso social da educação como um direito de todos e reconhece os jovens e adultos nos diversos contextos (BRASIL, 2007). Percebemos que estamos longe de garantir a plena participação dos alunos e nos distanciamos do discurso de que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio implica uma “relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante” (BRASIL 2012).

Com relação às políticas sociais, segundo Rotta (2018,p.138) “não raro é dada a preferência para o que é ofertado, sem considerar as necessidades dos beneficiados”. Assim, os mais interessados na oferta do serviço são ,de certa forma, aligeirados do próprio processo, resultando “em problemas ligados à credibilidade governamental, à frustração dos cidadãos, aos desperdícios, etc. Um outro ponto relevante é a separação de política econômica e política social” , como informa o autor citado anteriormente (2018, p. 138).

No desabafo dos alunos fica explícita a necessária articulação entre trabalho e educação promovida por um currículo integrado, com os devidos desdobramentos entre a formação humana geral, formação profissional e formação para o ensino médio.

No entanto, como voz que não ecoa, ouvimos as queixas dos alunos e o visível sofrimento dos sujeitos que não encontram na escola e no curso que escolheram a necessária acolhida para os anseios de sua formação enquanto sujeito no mundo e para o mundo.

#### **4 | CONCLUSÃO**

No Brasil as políticas públicas esbarram nas condições econômicas, político-institucionais, capacidade técnica de gestão e até culturais. No cenário que apresenta as políticas públicas atreladas aos interesses internacionais a história brasileira só confirma que o capital estrangeiro muito pouco colaborou para alterar a composição produtiva nacional no período pós-1990.

A partir dos referenciais deste estudo que contribuem para o entendimento da importância do Projeto Político Pedagógico como instrumento de fortalecimento da educação humana, gestão democrática e fortalecimento da autonomia por meio da

participação coletiva, percebe-se a necessidade de uma adequação no modo de construção e implementação das políticas públicas educacionais.

Precisamos compreender o que está por traz das falas dos atores educacionais quando afirmam desconhecer o seu papel como ator curriculante e não fazer uso dos instrumentos de gestão nos espaços escolares, bem como, de não terem participado de processos discursivos na elaboração do currículo para a educação de jovens e adultos,, considerando que estas falas não são pontuais.

Uma ação democrática envolve diferentes pontos de vista e apresenta situações de divergência dentro da escola, nesse sentido, os atores mostram compreensões diferenciadas ou não sobre o que é de interesse coletivo. Por isso, é preciso dialogar e definir acordos a partir da tomada de decisão da coletividade.

Com base no exposto compreendemos que estas reflexões podem contribuir para a ampliação do protagonismo coletivo e da democratização das aprendizagens, uma vez diversos autores insistem em afirmar com a participação das pessoas envolvidas no processo educativo requer a distribuição de tarefas e articulada cooperação em prol de um sistema educacional mais alinhado com os anseios da comunidade.

Pode-se dizer que na perspectiva de uma educação transformadora, a implementação e fortalecimento de políticas públicas para a educação de jovens e adultos é um dos imperativos para a formação cidadã. Assim, pontuamos a necessidade de uma formação propositiva com ações capazes de mobilizar políticas da participação coletiva na conjuntura educacional, capaz de delinear a construção de um projeto de escola referendado socialmente a partir da realidade, em que os atores sociais busquem no exercício da cidadania a plena autonomia e efetivação de uma educação com qualidade.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State**: teorias explicativas. BIB-Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 39, 1995.

ARROYO, Miguel. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: **Diálogos na Educação de Jovens e adultos**. SOARES, Leôncio e GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro. Nilma Lino Gomes. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BARROSO, João. **O estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf> Acessado em: agosto de 2019

BRASIL. **Portaria nº 1.432**, de 28 de dezembro de 2018. DOU nº 66, 05.04.2019, Seção 1, p.94.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB 6/2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6.301, de 12/12/2007**. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-) Acesso em: agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.840, de 13/07/2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos -PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm) Acesso em: agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 9.394/96, de 20/12/1996** de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,.

BAHIA. SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Territórios de Identidade**. 2018 In: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17> Acessado em agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. **Estudo de Potencialidades Econômicas. Território de Identidade I Litoral Sul**. Diretoria de Estudos e Planos de Desenvolvimento I DEPLAN. Junho de 2016. Revista eletrônica: <http://www.sde.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-11596.pdf> . Acessado em: agosto de 2019

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.355 de 04 de Dezembro de 2008**. Governo do Estado da Bahia, in: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75464/decreto-11355-08> . Acessado em: agosto de 2019

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº 10.955**, de 21 de dezembro de 2007,

\_\_\_\_\_. **Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 015/2001**

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019**: Resumo Técnico. Brasília, 2020.

CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de. e JESUS, Clesio Marcelino de. **O Território Litoral Sul**. In2 ORTEGA, Antonio César e PIRES, Murilo José de Souza. (Org). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual**: um estudo de caso da Bahia. Brasília: Ipea, 2016.

CUNHA, Renata Cristina Oliveira B. e PRADO, Guilherme do Val T. **Formação centrada na escola, desenvolvimento pessoal e profissional de professores**. Revista de Educação PUC – Campinas, n. 28, p. 103-113, 2010. Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha, Guilherme do Val Toledo

GARCIA, Paulo Sérgio. **Inovações e mudanças**: por que elas não acontecem nas escolas? Uma macroanálise envolvendo professores de ciências. 1. ed. São Paulo: LCTE Editora, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2004

LÜCK, Heloisa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACEDO. Roberto Sidnei. ATOS DE CURRÍCULOS: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares In: **Currículo sem Fronteiras**, v.13, n.3, p.427-435, set./dez. 2013

PARENTE, J. M. **Gerencialismo e performatividade na gestão educacional do estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Educação) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Unesp, Presidente Prudente (SP), 2016. 134p.

PARO, V. H. **Administração Escolar**: introdução crítica. 17. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985

RAMOS, Moacyr Sales. Educação Básica e Educação Profissional na EJA. In: *XII Congresso Nacional de Educação - Anais EDUCERE: Formação de Professores, complexidade e trabalho docente*. EDUCERE 2015, 2015, Curitiba-PR.

RAMOS, Géssica Priscila. **Racionalidade e gerencialismo na política educacional paulista de 1995 a 2014**: muito além das conjunturas. Ensaio, v. 24, n. 92, 2016.

ROTTA, Edmar. A trajetória brasileira de reflexão sobre o desenvolvimento regional e a visão das políticas públicas sociais. In: **O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI**: aportes para o debate. Organizadores: Edemar Rotta, Herton Castiglioni Lopes, Neusa Rossini. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

SANTOS, Agida Maria Cavalcante dos. O PROEJA como política pública educacional: bases epistemológicas. In: Formação de professores: contextos, sentidos e prática. XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba, agosto de 2017.

SAVIANI, Dermeval; *Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras Aproximações*. 10ª edição. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. In: Educação & Sociedade. HERMIDA. Jorge Fernando e LIRA. Jailton de Souza. Políticas educacionais em tempos de golpe: entrevista com Dermeval Saviani. Educ. Soc. vol.39 nº144, p.779-794, Campinas July/Sept. 2018

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alfabetização 44, 90, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 143, 201, 206

Alfabetização Científica 90, 96, 97, 98, 99, 100, 101

Analfabetismo funcional 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110

Arranjos curriculares 150

Arte educadores 200

### B

Bolivianos 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149

### C

Capital 1, 2, 3, 5, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 41, 43, 45, 47, 67, 110, 142, 146, 148, 153, 154, 161, 177

Comunidades Tradicionais 88

Cultura 8, 9, 10, 24, 28, 35, 36, 44, 48, 78, 79, 82, 83, 86, 87, 88, 97, 101, 110, 114, 116, 121, 127, 138, 153, 156, 158, 159, 166, 168, 177, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206

Currículos 33, 36, 75, 154, 163, 175

### D

Desenvolvimento 10, 26, 28, 32, 35, 36, 38, 44, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 62, 67, 70, 74, 75, 76, 79, 85, 90, 93, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 111, 113, 118, 119, 123, 129, 132, 133, 134, 135, 152, 153, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 168, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 191, 193, 196, 206

Dissociação 1, 2

### E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 17, 20, 21, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 123, 124, 132, 134, 135, 136, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Educação de Jovens e Adultos 33, 34, 38, 39, 90, 91, 92, 93, 101, 152, 155, 158, 160, 162, 163, 165, 172, 174, 179

Educação do Campo 24, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39

Educação em saúde 50, 112, 113, 123  
Educação Interprofissional 72, 73, 74, 77  
Educação Médica 74, 118, 123, 124  
Educação Popular 20, 21, 24, 25, 33, 35, 172  
Educação Superior 6, 17, 113, 115  
Educação técnica-profissional 150  
EJA 34, 35, 36, 37, 38, 90, 91, 92, 93, 101, 152, 155, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 172  
Engagement Acadêmico 6, 7, 9, 11, 12, 15, 17  
Ensino-aprendizagem 42, 43, 55, 57, 62, 74, 94, 95, 125, 126, 131, 135, 166, 177  
Ensino Superior 13, 50, 57, 62, 112, 113, 126, 178, 206  
Estudo de caso 70, 163

## **F**

Formação 2, 4, 11, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 42, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 74, 75, 76, 78, 88, 89, 96, 97, 98, 99, 103, 106, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 127, 130, 133, 140, 142, 144, 150, 151, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 195, 205, 206  
Formação de professores 106, 108, 110, 157, 158, 159, 164, 173, 174, 175, 176, 206  
Formação política 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 35  
Fronteira 49, 51, 54, 108, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149

## **H**

Hematologia 125, 127, 128

## **I**

Imigrantes 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 148  
Impacto 45, 121, 122, 143, 153, 200, 203  
Indústria 184, 188, 189, 190, 191, 193, 194  
itinerários formativos 150, 155, 156  
ITINERÁRIOS FORMATIVOS 150

## **J**

Jovens carentes 131, 133, 135

## **M**

Metodologia 20, 24, 25, 31, 37, 41, 58, 67, 71, 74, 90, 92, 94, 95, 96, 99, 101, 107, 116, 127, 130, 134, 137, 138, 139, 140, 145, 150, 165, 166, 167, 168, 172, 180, 186, 198, 203

Metodologias Investigativas 90

Monitoria 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134

MST 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32

MTST 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

## **N**

Natureza 30, 33, 34, 37, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 106, 141, 147, 155, 173, 175, 199, 203

## **P**

Patrimônio Cultural 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205

Pesquisa como princípio educativo 165

Planejamento 68, 108, 128, 159, 168, 171, 172, 176, 179, 202

Política pública 155, 158, 201

Prática de ensino 56

Preservação 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Psicologia 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 184, 186, 187, 195

Psicologia do esporte 66, 71

Psicoterapia de grupo 64, 71

## **R**

Rede 12, 13, 21, 30, 49, 52, 53, 75, 132, 137, 140, 143, 145, 184, 190

Relações Médico-Paciente 118

## **S**

Saúde 28, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 96, 98, 100, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 185, 186, 187, 191, 195

Saúde Holística 118

Saúde pública 50, 55, 124

Serviços de integração docente-assistencial 49

Social 1, 2, 3, 4, 7, 12, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 53, 55, 57, 65, 66, 67, 76, 81, 82, 85, 94, 97, 98, 99, 101, 105, 106, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 127, 131, 132, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 166, 176, 177, 179, 184, 186, 187, 189, 195, 200, 202

## **T**

Tecnologias digitais 6, 7, 14, 15, 17

Trabalhadores 2, 3, 4, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 51, 53, 115, 156, 160

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 47, 50, 51, 53, 55, 56, 58, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 78, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 92, 93, 94, 99, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 127, 130, 131, 132, 135, 138, 139, 140, 145, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 166, 167, 168, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 194, 196, 197, 203, 205

Transdisciplinaridade 81



# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

# 9

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

9

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020